

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, SUA SUBSTÂNCIA DESTRUTIVA E OS LIMITES DA CIÊNCIA

STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL, ITS DESTRUCTIVE SUBSTANCE AND THE LIMITS OF SCIENCE

Albani BARROS* 

Resumo: Este artigo busca analisar os fundamentos da existência, reprodução e expansão da crise estrutural do capital, e partir desse colapso, os reflexos para a vida humana com a degradação acelerada do meio ambiente e a piora nas condições de vida dos trabalhadores em escala global. Esse quadro de profunda crise e severas repercussões para a humanidade, resulta por demonstrar quais os limites da ciência, e o solo ontológico de seu desenvolvimento na sociedade capitalista, sob os impactos de uma severa crise. Para realizar tal análise, parte-se do exame das categorias da crítica da economia política contidas na obra marxiana e que mais diretamente incidem sobre a temática, entre essas: a mercadoria, trabalho assalariado. O artigo foi construído com esteio na revisão bibliográfica, notadamente tomando por alicerce a obra marxiana e os autores da tradição marxista que analisam as relações de produção no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: Ciência. Crise estrutural do capital. Trabalho.

Abstract: This article aims to analyze the foundations of existence, reproductions and expansion of the precariousness of work, based on the theoretical referential of the structural crisis of capital, and from this collapse, the reflexes for human life with the accelerated degradation of the environment and the worsening of the living conditions of workers on a global scale. This time of deep crisis and severe repercussions for humanity, results in demonstrating the limits of science, and the ontological ground of its development in capitalist society, under the impacts of a severe crisis. In order to carry out this analysis, we start from the examination of the categories of criticism of political economy contained in the Marx and that most directly affect the theme, among these: the commodity, wage labor. The article was built based on the bibliographic review, notably taking as a foundation the Marx work and the authors of the Marxist tradition who analyze the relations of production in the contemporary world.

Keywords: Science. Structural crisis of capital. Work.

Submetido em 10/02/2022.

Aceito em 25/07/2022.

* Mestre em Serviço Social pela UFAL. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor dos cursos de Medicina e Jornalismo no Centro Universitário Tiradentes - UNIT. Professor do curso de Serviço Social no centro Universitário Cesmac. Coordenador do curso de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Projetos Sociais. Av. Gustavo Paiva 5.017 - bairro Cruz das Almas - Maceió-AL E-mail: albanibr@hotmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

Esse artigo é o resultado de reflexões que realizamos nos últimos anos a partir da obra de Mészáros e suas contribuições a respeito da concepção de crise estrutural do capital e do caráter destrutivo da atual fase do capitalismo, que se inaugura a partir da década de 1970. Lastreados por esse referencial, buscamos analisar a relação entre a crise estrutural e as soluções conduzidas pela ciência. Além de Mészáros, este trabalho foi desenvolvido com base em revisão bibliográfica em outros autores pertencentes a tradição marxista e que analisam os determinantes históricos da sociedade capitalista contemporânea.

A existência de crises na sociedade burguesa não se configura como um defeito nem como um acaso. As crises são elementos constitutivos do capitalismo e de seu sistema de reprodução metabólico. O aspecto fundamental das crises no capitalismo é que elas não se dão em decorrência da escassez. O que as caracteriza a no modo de produção capitalista é uma combinação entre superprodução e superacumulação. Ou seja, as crises ocorrem em razão de o excesso de produtos no mercado gerar um aumento na oferta sem um correspondente aumento da procura e, sobretudo, da existência de uma volumosa massa de capitais que não consegue ser valorizado na velocidade necessária ao processo de reprodução ampliado.

Pertence a Mészáros (2002) o mérito da análise mais profunda e ampla sobre a crise que afeta a sociedade capitalista desde os primeiros anos da década de 1970 e de sua conceituação como *crise estrutural*. Conforme Mészáros, a continuidade da crise e as profundas e devastadoras consequências sociais que a humanidade sofre nos dias de hoje indicam que estamos numa crise “nunca antes experimentada e numa escala incomparável” (Idem, 2009, p. 75). Segundo o autor, após o período de movimentos de expansão e crises cíclicas, o capital adentrou em uma fase nova, cujo aspecto nodal é marcado pela continuidade depressiva, evidenciando seu caráter sistêmico e estrutural.

Mészáros (2002) compreende que esta crise possui quatro elementos que a distinguem das crises precedentes: o caráter não restrito a uma determinada esfera da economia; a amplitude global de abrangência; o caráter não dramático da queda na produção, mas determinado por um crescimento débil e rastejante; e a continuidade/extensão de seu tempo. A síntese desses quatro aspectos compõe o quadro do colapso estrutural que atinge o capital e que se manifesta para além da esfera financeira, com consequências para a humanidade em diversas esferas da sociabilidade. São algumas de suas expressões mais agudas: a intensificação da exploração no trabalho, a emergência da questão ambiental e o dilaceramento das relações humanas.

1. A CRISE E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Do ponto de vista econômico, um dos aspectos mais salientes da chamada crise estrutural se encontra a incapacidade do capital em superar integralmente seus efeitos e de conseguir a retomada de ciclos expansivos longos, como ocorrera nos trinta anos após a segunda guerra, numa combinação entre a

produção fordista e as políticas keynesianas. O lado problemático dessa situação para a humanidade é que o crescimento econômico, ainda que com resultados pífios, apenas pode ser realizado tendo como custo a elevação dos níveis de exploração no trabalho a patamares cada vez mais desumanos e a degradação ambiental.

Isto significa que este colapso se converteu numa crise que, ao invés dos impulsos destrutivos delimitados, como os ocorridos na crise de 1929, têm o que Mészáros (2002) denomina de um *continuum* depressivo. A produção tendo por solo a crise estrutural passa a ser o modo decisivo de reprodução do sistema metabólico do capital, e a acumulação destrutiva, sua forma de interação com a sociedade. Nesta fase ameaçadora à vida humana, capital e destruição tornaram-se unívocos. Já não é possível separar capital e destruição, mais do que isso, é algo que é imanente ao próprio sistema. Mészáros é quem afirma que “a causa fundamental dos nossos problemas cada vez mais sérios não é a ‘face inaceitável do capitalismo desregulamentado’, mas sim a sua *substância destrutiva*”. (2009, p. 28, itálicos na obra).

Os reflexos na vida humana desse processo destrutivo é que o caráter de reprodução continuada da crise incorpora este como se fosse um aspecto natural; assim, todo cortejo de graves consequências sociais que tomam conta de nossas vidas vai tornando os indivíduos mais indiferentes às consequências mais brutais da crise (LESSA, 2006). Quando pensamos os desdobramentos da crise ambiental, tomando apenas como exemplo ilustrativo o aumento da temperatura do planeta e o surgimento constante de novos vírus, como o que desencadeou a atual pandemia do coronavírus, é possível visualizar o caráter destrutivo da relação entre as necessidades do capital e os riscos para vida humana.

Apesar da gravidade deste momento histórico, não é possível vaticinar que se esgotaram os espaços para a “expansão capitalista e para o deslocamento manipulador de muitos dos seus problemas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 75). O capital prossegue sua trajetória de exploração do trabalho vivo e destruição da natureza.

Com a crise estrutural e a ativação dos limites absolutos¹ do capital, as suas necessidades sofreram um influxo profundamente negativo para a humanidade, ou seja, sua essência destrutiva amadureceu para um estágio ameaçador da própria vida humana. A imperiosidade de produzir mais persiste em razão da lógica expansionista própria do capital, da qual seu metabolismo de acumulação não tem como desvincular-se. Entretanto, como o cenário que caracteriza a crise estrutural é de precipitações de variada intensidade, tendentes a um *continuum* depressivo, o capital necessita diminuir o tempo de utilidade dos objetos e acelerar seu ciclo de reprodução, reduzindo seu tempo de rotação entre a produção e a realização da esfera da circulação.

¹ Sobre os limites absolutos do capital, o próprio Mészáros esclarece: “a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses são limites absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico” (2002, p. 220). Dessa forma, tais limites “dizem respeito especificamente a um sistema historicamente determinado – a era capitalista” (PANIAGO, 2007, p. 73).

A forma de acumulação estabelecida a partir do esgotamento do padrão fordista, e manifestada na reestruturação produtiva, é denominada por Harvey (2002) como “acumulação flexível”, pois, segundo ele, articula relações flexíveis na produção e no consumo. Diferentemente de Harvey e baseados nas constatações de Mészáros (2002), consideramos que a definição mais apropriada é de “acumulação destrutiva”. A expressão desta forma de acumulação se revela no fabuloso gasto do complexo militar, no aumento do consumo mundial de matérias-primas, na elevação da produção de artefatos físicos, bem como no atual estágio de degradação ambiental e das relações humanas. Para onde quer que olhemos, vemos explicitamente as consequências desta atual determinação de nossa forma de sociabilidade. Trata-se, portanto, de um esgotamento de qualquer tipo de resposta positiva do capital para a humanidade.

2. DESEMPREGO, PRECARIZAÇÃO E A CRISE DO CAPITAL

Como parte dos impactos da crise sobre as relações de produção, é apropriado mencionar o alargamento da precarização, da intensidade do trabalho e, principalmente, do crescimento do desemprego, dimensões essas que atingem diretamente os trabalhadores, em escala global. Entretanto, tais situações não devem ser reduzidas como sendo o resultado somente do desenvolvimento tecnológico e das novas descobertas da ciência na esfera da produção, ocorridas intensamente nas últimas décadas. Assim sendo, os modernos recursos tecnológicos, diretamente ligados à elevação da exploração do trabalhador, são utilizados em perfeito acordo com os princípios e os objetivos de reprodução do sistema em sua atual fase. Estas tecnologias se encontram intrinsecamente associadas aos objetivos de melhora ou manutenção das perspectivas de acumulação lucrativa do capital em tempos de crise estrutural.

Se, por um lado, seria apropriado considerar que a informatização e automação trariam, enquanto potência, a possibilidade de aumento do tempo livre da humanidade, por outro lado, no interior das regras capitalistas, apenas produz uma jornada de trabalho maior e mais intensa, colaboram para a eliminação de inúmeros direitos trabalhistas, diminuem salários e provocam mais desemprego. Como o capital é a contradição em movimento, o mesmo processo de automação e robotização que potencialmente permite que a humanidade se livre de uma quantidade de trabalho considerável, não porque o robô trabalhe, mas porque consegue potencializar a força de trabalho, este mesmo desenvolvimento das forças produtivas é a causa de um efeito contrário às aspirações dos trabalhadores, o desemprego.

Os efeitos da combinação de novas tecnologias na produção, que desqualificam e suprimem parte da força de trabalho necessária, vão além dos muros das fábricas, pois trazem repercussões que se traduzem nas expressões da “questão social”, como o desemprego estrutural e o aumento contínuo do fosso de desigualdades sociais. O desenvolvimento tecnológico, enquanto um instrumento útil às ambições do capital, libera a força de trabalho necessária; ao mesmo tempo, as relações sociais que impõem sua utilização ignoram as profundas consequências sociais de sua intervenção (MÉSZÁROS, 2004). Perante as necessidades de aliviar os efeitos da crise estrutural e de forma a recomodar suas contradições imanentes,

o capital utiliza combinações estratégicas que tornam a elevação do desemprego não somente uma consequência inevitável, mas uma alternativa fundamental e inevitável para deslocar os seus limites para mais adiante (PANIAGO, 2007).

Ao liberar trabalhadores e intensificar o ritmo dos que permanecem, cria-se um problema na esfera da circulação, pois esta necessita “de maior consumo e de mais consumidores, que, no entanto, se tornam mais escassos, vítimas do desemprego estrutural” (Ibidem, p. 41). Com isso, um paradoxo difícil de ser contornado está posto para a manutenção do sistema em condições estáveis. De um lado, está a necessidade de expansão ilimitada do capital como uma força autodeterminante; do outro, os limites que são impostos por sua própria lógica (MÉSZÁROS, 2002). Ao poupar os gastos com a mercadoria força de trabalho, o capital também exclui consumidores de sua base de sustentação. Como bem denomina Paniago (2007), é um “nó górdio” que o sistema cria para si mesmo. É diante deste complicado cenário que tanto as soluções tecnológicas como as políticas têm de interagir; também é exatamente por isso que as opções para seu enfrentamento são soluções superficiais e primordialmente inócuas. Nesse caso, a ciência, ainda que possua relativa autonomia, é no modo de produção capitalista escrava de suas determinações econômicas.

3. AS AMARRAS DA CIÊNCIA NA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Ao pensar sobre o desenvolvimento das forças produtivas e as necessidades do capital impulsionadas pelo seu processo de acumulação, Marx cita um exemplo bastante elucidativo: “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos 80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial” (1996, p. 11). Mesmo já tendo sido inventada, tal máquina não alterou profundamente por si só a produção e somente pôde ser considerada como o símbolo técnico para a Revolução Industrial, quando as condições de lucratividade para sua utilização já estavam devidamente maduras.

Em nossas relações sociais é a lógica do lucro que orienta a reprodução social e seus diversos complexos, tenhamos consciência disso ou não. Como exemplo, é suficiente verificar que a partir do domínio e da permanência da crise estrutural, formas de produção que até há algum tempo eram excomungadas, por serem consideradas sinônimos de atraso, como, por exemplo, as oficinas de produção domiciliares e as relações clandestinas de trabalho, ressurgem e se ampliam abençoadas como formas modernas e autônomas para o trabalhador. Por sua vez, a intensificação do uso de novos aparatos tecnológicos na produção, com amplo suporte da ciência, também é rigorosamente compatível com as necessidades de acumulação presentes do capital, pois conseguem extrair mais sobretrabalho (ROSSO, 2008).

A questão é que as necessidades expansionistas de acumulação de capital, impõe um impulso de incontabilidade em seu metabolismo. A este respeito, é oportuno mencionar que o fato de ser incontável não significa que o capital não possa ser superado; seu controle e sua superação são coisas

absolutamente distintas. Se Mészáros (2002) explicita os fundamentos dessa incontornabilidade como parte de um movimento autoexpansivo, Marx (1996) já a indicava ao afirmar que o capitalista incorpora as leis de ampliação constante como uma força proveniente da lógica do capital, que ele não consegue dominar².

Neste mesmo período de crise do capital, foi desenvolvida e aperfeiçoada uma série de novas tecnologias, baseadas principalmente na informática. Para alguns apologistas do capital – é assim eu Mészáros os trata -, estas inovações trariam a redenção para o ser humano, seria o caminho seguro para o reino da abundância e da liberdade, pois possibilitariam liberar o homem do processo de trabalho, dando-lhe a oportunidade de viver dias de prosperidade e lazer (SCHAFF, 2007). O Deus da máquina informatizada, sob o manto da ciência moderna, seria na verdade mais que um Deus, seria uma máquina sem Deus, pois não devia obediência a ninguém e trataria de resolver o que os homens até então não conseguiram, levando até mesmo à supressão completa do trabalho.

O problema é que o “Deus” da onipotência tecnológica e científica capitalista falhou. Ao invés de soluções para a humanidade, esta foi lançada numa fase potencialmente perigosa para sua continuidade, e a tragédia social se agiganta dia após dia. Os resultados até agora possibilitados pela ciência e pelo avanço tecnológico confirmaram Mészáros, pois argumentar que a ciência poderá resolver “os nossos problemas a longo prazo é muito pior que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais” (2009, p. 53). Ou seja, esconde-se que a ciência, seus resultados e orientações, são um reflexo do solo ontológico da sociedade a qual ela é originária e à qual é subordinada. Como bem nos lembra Mészáros:

É um símbolo de nossa época que as mais elevadas realizações intelectuais sejam recompensadas com uma grande soma em dinheiro a um prêmio – o prêmio Nobel – que presenteia o investimento lucrativo da fortuna acumulada pelo inventor da maior força de destruição conhecida pelo homem antes da bomba atômica. (2004, p. 283).

A invenção de Nobel foi a *dinamite*. Nada melhor para ilustrar as determinações da ciência na sociedade capitalista de nosso tempo que esta combinação: lucro e destruição.

4. OS LIMITES DAS SOLUÇÕES DO CAPITAL E SUA SUBSTÂNCIA DESTRUTIVA

A expectativa de superação das desigualdades sociais e estruturais pela expansão quantitativa da produção ou pelo desenvolvimento científico não trouxe, até o presente, os benefícios imaginados.

² De acordo com Marx: “Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual *ele é apenas uma engrenagem*. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do *contínuo aumento do capital investido* numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista *como leis coercitivas externas*. Obriga-o a *ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva*” (1996, p. 225, itálicos nossos).

Obviamente que não se trata de condenarmos a ciência em si ou o avanço tecnológico como os culpados pela não superação das desigualdades. Colocar a tecnologia e a ciência como as vilãs do desemprego e da miséria, ou, inversamente, considerá-las como as salvadoras, é desconsiderar o movimento real da luta de classes e as relações sociais vigentes, é querer negar os interesses da classe que é a detentora dos meios de produção, cuja ideologia também é a predominante (MARX; ENGELS, 2007).

A permanência do processo de acumulação expansiva do capital em tempos de crise estrutural é o desafio perseguido pela burguesia nos dias de hoje. O desenvolvimento tecnológico e a ciência estão voltados para atender aos objetivos deste esforço. Como decorrência dessas exigências instauradas nesse período histórico, a ciência afastou-se do que ainda existia de “objetivos positivos e assumiu o papel de auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição” (MÉSZÁROS, 2004, p. 299).

A orientação e os resultados de grande parte dos cientistas que hoje estão empenhados no aperfeiçoamento científico e tecnológico não são oriundos de um desenvolvimento intrínseco da ciência. Na verdade, qualquer interpretação que se imagine do desenvolvimento tecnológico nos últimos séculos deve levar em consideração os pressupostos do capital. Novamente conforme Mészáros: “a articulação histórica da ciência e da tecnologia, o modo como elas moldam nossas vidas hoje em dia, é totalmente ininteligível sem o reconhecimento de sua profunda inserção nas determinações socioeconômicas do capital” (Ibidem, p. 269). É dessa forma que a ciência reproduz, “em virtude de sua constituição objetiva sob as relações dadas –, *ignorante e despreocupada* quanto às consequências sociais de sua profunda intervenção prática no processo de reprodução social” (Ibidem, p. 270, *itálicos na obra*).

Como existe uma disjunção entre a produção genuína e a autorreprodução do capital como uma demanda artificialmente imposta, a ciência e o desenvolvimento tecnológico encontram-se firmemente imbuídos em oferecer soluções técnicas e operacionais para a manutenção e expansão dessa crescente autorreprodução, entretanto, em condições cada vez mais adversas. Tais obstáculos manifestam a tendência de diminuição nas taxas de lucratividade impostas por sua lógica de acumulação e pelos obstáculos de sua crise estrutural. É por conta disso que, no presente contexto, “a ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuirão diretamente para a expansão do capital e ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (MÉSZÁROS, 2004, p. 254-255).

No tocante ao agravamento da questão ambiental, o solo fundante desta possui as mesmas bases ontológicas descritas anteriormente: as imposições restritivas oriundas das contradições geradas pela acumulação de capital que se chocam com suas necessidades expansivas. No contexto de crise estrutural, estas determinações impõem a necessidade de uma produção profundamente desperdiçadora. Diante desse quadro, os bens são produzidos sob a lógica da obsolescência programada. Esse direcionamento está ajustado com as necessidades do capital de tentar escapar das restrições ocasionadas pela demanda retraída, típica das épocas de crises. Em se tratando de um colapso de característica contínua, tal situação tende também a manter-se perene e crescente.

A despeito de sua insolente “irracionalidade, a reprodução ampliada continua, tanto quanto antes, a ter sentido do ponto de vista do próprio capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 940). Para realizar esta produção ampliada em limites mais estreitos, a solução é produzir o desperdício, organizar uma produção destrutiva e perdulária, no autêntico sentido dessas palavras. Isto porque, uma vez que o capital consegue converter a mercadoria em dinheiro, pouco importa se esta mercadoria será consumida ou se será destruída, e muito menos é levado em consideração quais as implicações e consequências desse tipo de produção (PANIAGO, 2007).

O resultado é que o mecanismo de autorreprodução do capital, em tempos de crise estrutural, intensifica seu caráter essencialmente desperdiçador, perigoso, indesejado e, principalmente destrutivo. Como a relação entre o capital e a humanidade não é de identidade, mas de alienação, este processo, que é insano para os homens, é rigorosamente coerente e necessário para o capital. Em razão da tendência expansionista de acumulação, a lógica de sua reprodução tem de atuar destrutivamente. A contradição básica do sistema é que ele não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício (MÉSZÁROS, 2009), ainda que o resultado desse processo seja extremamente perigoso para o ser humano.

Na atualidade, os aspectos de destruição do planeta, em contradição com a ausência do atendimento a diversas necessidades básicas, são uma realidade. Como esta sociedade permanece sendo o lar das mercadorias e não dos seres humanos, a destruição ambiental e a fome convivem na casa em que os pais são o capital e a burguesia. Na análise de Mézáros:

[...] a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões de desperdiçados. (2002, p. 801).

Como o capital é incapaz de tratar as causas como tais, todos os problemas de seu sistema metabólico são encarados apenas na qualidade de distúrbios temporários, nunca enfrentados do ponto de vista de suas causas fundamentais, pouco importando as implicações que em longo prazo possa desencadear esse não enfrentamento (MÉSZÁROS, 2002; PANIAGO, 2007). Como é incapaz de eliminar sua lógica, visto que significaria também findar-se, sobra como a alternativa destruir tudo aquilo de vivo que existe, ou seja, o homem e suas bases materiais de existência.

Por conta da subordinação da ciência às determinações do capital e de sua lógica, não se pode delegar à ciência transformações que tragam uma ruptura nas relações sociais vigentes, nem mesmo obstáculos para reprodução dessas. De acordo com Marx, supor a solução das contradições do capital é uma completa impossibilidade no interior dessa formação social. Marx é firme nas palavras, intransigente em negar qualquer alternativa de mudança sem que esta ordem social seja superada radicalmente. As soluções científicas e tecnológicas ou qualquer outra possibilidade limitada às fronteiras do capital são, todas, rigorosamente ineficazes:

[...] nenhum melhoramento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônias, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias das massas trabalhadoras; mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais e a agudizar os antagonismos sociais. (MARX, 1983, p. 9).

A crise estrutural do capital, instalada desde o início da década de 1970, demonstra que as considerações de Marx, feitas ainda no século XIX, estão muito mais próximas do real, bem mais do que aquelas elaboradas pelos apologistas do capital nas décadas recentes. Não há como pensar em solução dos problemas da humanidade por intermédio do desenvolvimento tecnológico, da vontade política dos agentes estatais burgueses ou com a esperança de que as contradições geradas pela reprodução do capital sejam resolvidas pelo entendimento pacífico entre as classes.

Esta contradição demonstra que o esforço científico se encontra bem distante do compromisso da construção de um mundo melhor. Paradoxalmente com as teorias que utilizam o desenvolvimento da ciência e tecnologia como uma possibilidade de uma sociedade mais humana, em praticamente todos os países, o motor principal das indústrias do setor da informação é o complexo militar (MÉSZÁROS, 2004).

Há também de se mencionar que a imbricação existente entre a fábrica da guerra e a lógica do capital não é recente, mais do que isso, foi determinante inclusive para a consolidação das bases da atual sociedade. Bernal é quem esclarece que de

[...] todas as invenções introduzidas no Ocidente durante a Idade Média, a mais destrutiva – a da pólvora – seria a que viria ter maiores consequências políticas, econômicas e científicas. [...] permitiu assim aos europeus impor os seus padrões de cultura aos outros povos que, originariamente, lhes não eram de forma alguma inferiores, quer cultural, quer militarmente. A consequência mais imediata foi concentrar nas suas mãos todas as riquezas do globo, garantindo-lhes a acumulação de capital necessária para financiar a Revolução Industrial. (BERNAL, 1969, p. 347-348).

Como explicar racionalmente o gigantesco volume de dinheiro destinado para uma produção voltada à aniquilação dos seres vivos pelo complexo industrial militar, ao mesmo tempo em que crianças morrem por não ter o que comer ou por não conseguir acesso aos tratamentos de saúde já disponíveis? Com base nos dados do UNICEF, Teixeira expõe que

[...] morrem todos os anos de fome e por causa de doenças curáveis, nos Países do Terceiro Mundo, 16 milhões de crianças. Em cinco anos, este índice de mortalidade equivale ao total de baixas ocorrido em toda a Segunda Guerra Mundial. Em cada cinco anos desenrola-se uma guerra mundial contra os meninos do Terceiro Mundo. (TEIXEIRA, 2008, p. 37).

Como é possível conceber uma produção que se aprimora em construir instrumentos que ferem, mutilam e matam, enquanto inexistente o atendimento das necessidades básicas para uma imensa parcela dos

seres humanos? Tão grave quanto tentar explicar é observar essas determinações destrutivas sem nenhum sentimento de total repugnância. Analisando o reflexo dessa determinação no cotidiano dos indivíduos, a acelerada tragédia da violência que se alastra como “chuva que cai do céu” é uma expressão que se mostra tão incontrolável quanto o próprio capital. É também exatamente por conta disso que as soluções morais parecem ocas e sem nenhum resultado quanto a qualquer regressão dos níveis de violência. Em tempos de acumulação destrutiva, a vida sucumbe perante as possibilidades de lucro: da degradação ambiental à carnificina das guerras, nada escapa dessa lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos sintetizar que a partir da crise estrutural, dadas as condições de impossibilidade de sua superação integral, a essência mais profunda e íntima do capital, que é sua desumanidade, amadurece e se desdobra por todos os complexos sociais, com reflexos em várias esferas da vida. Tal desumanidade não é resultado de nenhum aspecto moral, mas tem sua gênese na própria estrutura de uma sociedade que não produz objetos para satisfação das legítimas necessidades humanas, mas essencialmente para reprodução ampliada do capital. Além disso, a própria capacidade humana de produzir riqueza também é reduzida a uma dimensão alienada, pois a força de trabalho se torna uma mercadoria.

É bem verdade que as consequências destrutivas da crise estrutural podem levar o capital a humanidade a barbárie, como resultado de seu metabolismo irracional e incorrigivelmente destrutivo. A esse respeito, o problema é que, junto com ele, toda a humanidade pode igualmente sucumbir (MÉSZÁROS, 2002). Pensemos nos riscos que corremos com o processo de destruição da natureza e o surgimento de vírus, aspecto esse que tem afetado a humanidade, sobretudo as parcelas mais empobrecidas, desde 2020. Estando a ciência acorrentada aos grilhões do capital, as soluções decorrentes do desenvolvimento científico possuem um caráter predominantemente de inutilidade quanto às urgentes necessidades dos seres humanos.

É dramática e perigosa a realidade vigente no início deste novo milênio, e a gravidade dessa crise não permite que continuemos com soluções paliativas que são “nós nos ventos”. Dizer que não há nenhuma rota alternativa possível seria reafirmar o postulado burguês que considera a sociedade capitalista como o limiar máximo alcançado pelo homem. A opção de redenção do homem e da ciência pressupõe necessariamente a superação radical do capital e a erradicação completa de sua lógica em todos os complexos sociais fundamentais: propriedade privada, classes sociais, Estado e casamento monogâmico (LESSA, 2012).

Não nos é permitido ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe social e ambiental se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade. Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução. A rigor, em razão da ameaçadora crise com que hoje deparamos, nem sequer esta opção nos é concedida. O certo é que enquanto a reprodução social tiver por pressuposto o ordenamento do trabalho alienado e a mercantilização da vida, a degradação, a perversão e a supressão das autênticas possibilidades humanas não somente continuarão, como se intensificarão (TONET, 2004). Muito

mais grave que isso, o resultado desse curso pode ser não somente o agravamento da barbárie a níveis imprevisíveis e indescritíveis, como também o abismo para a vida humana.

REFERÊNCIAS

- BERNAL, John Desmond. **Ciência na história**, volume 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LESSA, Sérgio. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Revista da Fiocruz**, Trabalho, Educação e Sociedade, vol. 4, n. 2, setembro de 2006.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: Marx e Engels. **Obras Escolhidas em Três Tomos**, vol. 2. Lisboa: Edições Avante, 1983.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.
- ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- TEIXEIRA, Francisco. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.
- TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.